

## **AQUIDAUANA, A REDE URBANA, E O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL BRASIL**

Oliveira Neto, Antonio Firmino de. – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil – Campo Grande cep: 79.050-160 e-mail: [firmino@ceua.ufms.br](mailto:firmino@ceua.ufms.br)  
CARVALHO, Thiago Rodrigues. – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil - Aquidauana cep: 79200-000 e-mail: [thiago\\_rodrigues@ceua.ufms.br](mailto:thiago_rodrigues@ceua.ufms.br)  
ARAÚJO, Ana Gabriela de Jesus. - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil – Aquidauana cep: 79200-000 e-mail: [anagabicaju@yahoo.com.br](mailto:anagabicaju@yahoo.com.br)

A entrada do bandeirante rumo ao oeste brasileiro no séc. XVII, tem como característica marcante a brutalidade da relação entre o desbravador e o nativo. Em primeiro momento, a presença do colonizador calca-se no interesse do indígena como força-de-trabalho escrava que levada a postos comerciais em São Paulo passava a ser posse, mercadoria, meio de capital, tanto da parte da coroa portuguesa e suas monções, como por parte da coroa espanhola que com os Jesuítas reconhecedores humanitários do indígena, obtendo o enaltecimento da própria imagem e também da instituição que representavam<sup>1</sup>.

A personificação do colonizador civilizado lusitano, embrutecida sob a figura do apreensor e traficante de escravos que, tentado pela possibilidade de farta força de trabalho indígena, adentrava nos confins do sertão na captura dos nativos. Neste momento a maior referencia em ocupação urbana ao oeste da linha das Tordesilhas, era Assunção.

O bandeirante gerava uma relação extremamente tensa, apoiada em uma base de racionalidade moderna colonial eurocêntrica. Modelo-cognitivo-racional-moderno<sup>2</sup> que vê na diferença a possibilidade de dominação. Seu entendimento de mundo, remontado nos auspícios do saber instrumental/técnico, passava a ser medida padrão na avaliação de quaisquer expressões de cultura, arte, etnia, religião, trabalho, sabor, permitindo-se desta forma - pela diferença, ou melhor, pelo não direito a diferença - Anular em valor, dominar, regular, excluir ou eliminar,

---

<sup>1</sup> Ver dissertação de Mestrado de Joana Neves, 1980: A fundação de Aquidauana e a ocupação do pantanal: civilização e dependência, p. 30

<sup>2</sup> Para crítica do pensamento moderno ver Carlos Walter 2006; Boaventura de Souza Santos 2000 entre outros.

fazendo com que a multiplicidade, tornasse uniformidade. O indígena tendo suas terras invadidas, o direito de posse desconhecido, sua racionalidade desconsiderada, e a cultura desvalorizada, passou a ser visto por grande parte da historiografia regional como co-agente, (des-envolvido no neologismo etimológico da palavra proposto por Carlos Walter Porto Gonçalves, o índio protagonista é tirado do envolvimento)<sup>3</sup> da história e de seu território.<sup>4</sup>

O conquistador ao dominar o território territorializado pelos indígenas, vê nele, além da força de trabalho, um objeto integrado a natureza, contanto, passível de ser dominado junto a ela<sup>5</sup>. Estigmatizado pelo ímpeto geral da época, a busca dos metais preciosos, que longe de uma mera esperança estava dentre os principais objetivos da saga exploradora que tomava frente ao expansionismo Espanhol no início do séc. XVIII, ao norte dos pantanais em um afluente do rio Cuiabá.

Descrito por Virgílio Corrêa Filho como uma situação inesperada, a descoberta do ouro no rio Coxipó Mirim próximo da capital de Mato Grosso Cuiabá por fim da dec. 20 início de 30 do séc. XVIII, significou intensa mudança em toda dinâmica de exploração local.

O fluxo ocupacional que privilegiava Assunção toma outro sentido, os objetivos de adentramento do bandeirante rumo ao sertão oeste brasileiro mudou, o indígena deixou de ser o foco de busca na dominação, e passou a atender uma demanda de trabalho local, fazendo com que o território passasse a deter grande importância.

Antes da descoberta do ouro, o território era visto como fonte de reposição de força de trabalho, ou seja, como um grande seleiro de indígenas. Esta relação não permitia, ou melhor, não demandava pela territorialidade do colonizador, seus mercados comerciais eram em terras distantes. Estabelecia-se assim, uma relação apenas de busca, apreensão e circulação da mercadoria índio.

Com a exploração do ouro, além de uma demanda de trabalho na exploração do metal, que propiciava a concorrência valorativa entre homens escravos, onde um negro chegava a custar cinco índios pela qualidade no exercer das funções e maior adaptabilidade ao trabalho, foi instituída a necessidade de territorialização do

---

<sup>3</sup> Comunicação dada no Seminário da América Platina, 2006. Integração e Desenvolvimento Territorial UFMS.

<sup>4</sup> Entenda-se por território a produção da vida humana no espaço.

<sup>5</sup> Op. Cit. p.26

espaço. Assim, o território estava envolvido num jogo de interesses entre as coroas portuguesa e espanhola que, por parte dos lusitanos, foi iniciada militarmente com Coimbra, Corumbá e Cáceres.

Essa ocupação, garantida pelo Estado com as preocupações de poder político, econômico e territorial e também pela esperança e vontade de riqueza, possibilitou em grande papel, uma intensa migração em prolongado povoamento do Distrito de Paz em 1722, vila em 1727 e elevada por lei a Capital de Mato Grosso em 1835. A grande quantidade de afluentes tanto na bacia do rio Cuiabá quanto do Paraguai, contribuiu tanto no deslocamento de pessoas, quanto no transporte de seus produtos. Essa situação se intensificou ao ponto de se tornar a base das relações comerciais no sul do Estado, mas antes de comentarmos este fato vamos discutir um outro aspecto extremamente importante na fundamentação de nossa leitura. A lei de terra de 1850.

### **1. A lei de Terras de 1850 e a ocupação e comercialização no sul do Estado de Mato Grosso**

Até o ano de 1822 as terras do Governo lusitano eram concedidas por meio de solicitação junto ao Império pelo regime de sesmaria. Isso implicava que, o direito à terra como um bem de vida, entremeia-se num jogo relacional de troca de favores. Isso, claro, contando que o interessado tivesse a possibilidade do contato ou aproximação para a solicitação. Do ponto de vista da oportunidade, os amigos do rei tinham maior vantagem. Eles obtinham a primeira sesmaria e logo entrava com requerimento dos demais terrenos circunvizinhos (terras contíguas), quando não ocupadas. Tinha-se, dessa forma, a possibilidade de um acúmulo territorial que em geral fazia regra, o que levou o proprietário de fazenda Jacobina declarar que possuía tantas terras quanto o rei de Portugal<sup>6</sup>.

Após 1822 e cessado o regime de sesmarias, a terra passou a ser de quem a ocupasse, lembramos também que, neste momento, a terra não era comercializada e não tinha, ainda, o caráter de mercadoria.

---

<sup>6</sup> Ver CORREA FILHO 1945, Virgílio. *Pantanaís MatoGrossenses: Devastamento e Ocupação* Rio de Janeiro p. 67

Em setembro de 1850 a lei 601, que ficou conhecida como a lei das terras, deu o caráter de mercadoria a terra e, a partir da lei, só se poderia adquirir terra mediante compra e pagamento.

No regime de sesmarias que, mediante concessão, tinha-se a possibilidade do acesso a terra, que era bem relacionado não ficava sem seu pedaço de chão. Nesse período, um maior fluxo migratório adentrou a província de Mato Grosso em busca das minas do coxipó e o povoamento, tanto de Vila Bela e Cuiabá, como dos redutos militares de Coimbra 1775, de Corumbá 1778, do presídio de Miranda 1797 mais ao sul e de Cáceres 1778, entre outros, ganharam fortalecimento ocupacional na medida da representação da segurança dada pelo Estado, frente aos litígios entre Estados, entre etnias, ou entre ambos.

Na virada do séc. XVIII para o séc. XIX, desenvolveu-se no território Matogrossense um processo que, fortalecido pela navegação, fez estabelecerem-se em direção ao pantanal, boa parte dos engenhos de açúcar. Ao serem instalados nos arredores do rio Cuiabá, buscavam melhores relações nas trocas comerciais, já que as margens dos rios, com o volume das cheias e a tomada do canal principal sob seu leito maior, propiciava uma fertilização natural ao solo e conseqüentemente suas plantações<sup>7</sup>, tanto de cana de açúcar, quanto para cachaça.

Na mudança do regime de sesmarias, virada do séc. XVIII para o XIX, para o regime de posse por apropriação, observa-se intensa capacidade produtiva e de comercialização, conforme pode ser visto na descrição feita deste período, por Virgílio Correa Filho.

... enxameia o rio Cuiabá de embarcações, que vão levar às usinas os artigos de importação e buscar o açúcar fabricado, para oferecer aos consumidores distantes. Chatas, a reboque de lanchas, ou tocadas por zingueiros, barcos acondicionados à mascateação com os ribeirinhos, batelões, a remos, de reduzida capacidade, para cargas menores, e até canoas, tudo contribui para o transporte de sacas de açúcar e garrafões ou pipas de álcool e aguardente.<sup>8</sup>

Cada qual com sua disponibilidade produtiva, estrutural, financeira etc. Todos no mesmo sentido, a busca de uma remuneração, em uma produção que resultaria num acúmulo e deslanchar comercial na região.

Aliado a esse processo surgem as charqueadas, como um meio de comercialização para o gado, que criado solto no pantanal, adaptou-se as

---

<sup>7</sup> Op. cit. 1945 p. 105

<sup>8</sup> CORREA FILHO, Virgílio 1945. *Fazenda de Gado no Pantanal Matogrossense* Rio de Janeiro p.39

condições naturais. Seu couro ganhou resistência, após anos de perda dos bovinos na vastidão do pantanal, exaustos deixavam de pastar e sucumbiam devido as incessantes investidas dos mosquitos. Corrêa Filho comenta que, devido a necessidade de melhoramento da produção de gado é que se criou o distrito de Cuiabá para assim concorrer comercialmente com o gado de Vila Bela e Diamantino<sup>9</sup>.

Nesse período, que chega até o ano de 1864, quando é iniciada a guerra que ficou conhecida como "Guerra do Paraguai".

Em 1850 foi aprovada a lei de terras que, segundo Arlete M. Rodrigues tem suas justificativas anos antes, em 1842, quando o Conselho de Estado declarou que, devido à dificuldade em se encontrar trabalhadores livres, é necessário que se vendam as terras de ora há diante<sup>10</sup>.

Entre o principio do segundo quinquênio do séc XVIII e a guerra do Paraguai, o que pode se ver no pantanal e adjacências foi o limiar de um processo de estruturação comercial que faria da região sul de Mato Grosso referência nas relações comerciais marítimas do Brasil. A cidade de Corumbá e suas casas comerciais, que se estendiam ao sul e geravam intensos fluxos das mercadorias que aqui eram produzidas como: açúcar e extrato de carne e eram enviadas em direção a Montevideú e Buenos Aires. Já na saída, cruzavam com embarcações que chegam com mercadorias de luxo a fim de atender a emergente burguesia que passou a comandar os limites produtivos e comerciais desta vasta região.

Ao término do litígio entre o Paraguai e os países da tríplice aliança, a emergente burguesia encontrava-se na seguinte condição: era possuidora dos meios de produção, mesmo que representado por escassa maquinaria e também da terra, que passou a gerar renda graças à lei de 1850. Assim, ela guiava-se rumo ao controle das relações de comercialização.

## **2. As casas comerciais: emergir e sucumbir nos auspícios da Modernidade**

No ano de 1856, foi firmado um acordo entre o Governo Imperial brasileiro e o Império Paraguaio, permitindo à livre circulação de barcos de quaisquer

---

<sup>9</sup> Op cit 1945 p. 70 à 74 para ver sobre criação de gado no pantanal e 111 à 121 para ver sobre necessidade de melhoramento da criação e comercialização.

<sup>10</sup> Declaração do Conselho de Estado em. RODRIGUES Arlete Moysés, 1990. *Moradia nas cidades brasileiras*, 3º ed. São Paulo Contexto, p. 18

nacionalidades pelo rio Paraguai até o porto de Corumbá. Isso implicou em notável concentração das relações comerciais na cidade, “rapidamente o comércio vinculado ao crescente movimento de importação e exportação que passou a caracterizar o porto corumbaense...”<sup>11</sup>, intensos fluxos de entrada e saída de embarcações no porto.

A guerra do Paraguai, que dentre os motivos apontados está a questão territorial do controle da Bacia do Prata. Pertinente do ponto de vista mercantil, dado o controle de fluxo diário em seus períodos áureos. Que durante a guerra cessaram as atividades, as cidades pantaneiras foram abandonadas e logo tomadas pelos exércitos, como nos casos de Nioaque e Corumbá.

Com o findar da guerra, buscou-se a retomada das relações internacionais, além do fluxo migratório entre os países. Com o pós-guerra, a região passou a sofrer intensa influência de Buenos Aires e Montevideú<sup>12</sup>, devido a abertura nas relações. Não obstante, além da necessária reconstrução da cidade de Corumbá, outros problemas também foram enfrentados como a epidemia de varíola, que levou a cidade a uma situação próxima da miséria. O Governo provinciano tomou medidas decretando em 15 de agosto de 1869 a isenção de tributos das mercadorias importadas e exportadas por dois anos.

Sob essa retomada nas relações, deve se levar em conta que se deu, quase que em toda região, principalmente pelos excedentes produtivos que possibilitou os deslocamentos e trocas de mercadorias, pessoas, dinheiro e informações. Isso permitiu o experimento, a experiência, a busca da circulação ante a fixidez e as relações de convivência frente o isolamento.

O resultantes acúmulos antes de serem meros fatores econômicos, levavam a uma prática de vida, um experimento.

É neste contexto que um grupo de homens, motivados pelas dificuldades em comercializar seus produtos, buscaram vencer as dificuldades dos deslocamentos e circulações e estabeleceram um ponto referencial, um fixo. Em 1892, eles fundaram às margens do rio Aquidauana, uma cidade que levou o mesmo nome.

---

<sup>11</sup> SALSA CORREA, Lucia. Corumbá: O Comercio e o Casario do Porto (1870-1920) p.31

<sup>12</sup> A autora Arlete Moysés Rodrigues, fez uma leitura com admiração do desprendimento das bases colônias nas relações econômicas na guerra. Não compartilhamos de mesma leitura, uma vez que o limiar da mudança nas relações comerciais oferecido pela guerra, veio a contribuir para o sucumbir das mesmas relações, de uma vez para sempre.

Sobre o imperativo da vontade e da detenção do poder de produção, emergem desejos. A multiplicidade das possibilidades permitem um jogo de proposições e intenções, assim como um “conjunto de regras anônimas das práticas discursivas”<sup>13</sup>. Surge o despontar da vila de Aquidauana.

### 3. Acta da Fundação de Aquidauana<sup>14</sup>

A fundação de Aquidauana evoluiu a produção de uma ata. A cópia datilografada desse documento<sup>15</sup> se remete a reunião feita no dia 15 de agosto de 1892 em que o Sr. Theodoro Rondon, às margens do rio Aquidauana, convoca os presentes. Segundo o documento, o objetivo “*era assentar todas bases de fundação do projecto povoado em projecto.*”<sup>16</sup>, o convocante prosseguiu relatando a já feita, compra do terreno e visava “*apresentar o plano da fundação afim de ser discutido e afinal adptado para o inicio de sua execusão*”.

Em seguida foi composta uma Diretoria com 5 pessoas que teriam “*plenos poderes*” de deliberarem sobre quaisquer assuntos que se referissem ao povoado.

A reunião prosseguiu com a decisão do nome de Aquidauana a ser dado ao povoado e o local a se edificar. Surgida a preocupação a cerca do desnível topográfico do leito do rio que formava um trecho de fluxo encachoeirado que dificultaria o acesso ao povoado, após reconhecimento deixou-se rapidamente tal consideração de lado e argumentaram. “*o que há não é um obstáculo apenas dificulta a navegação n’quele ponto em que não se possa abrir ou antes alargar o canal obstruído então por algumas pedras*”.

Quanto ao autor desta narrativa, se subentende seja os Srs. Theodoro Rondon e Filippe Mendes ambos responsáveis pelo reconhecimento da cachoeira. Duas observações são relevantes quanto a esta argumentação, em primeiro que, a vontade homônima de poder destes pioneiros não via barreiras para seus objetivos e estes, não se limitavam às barreiras naturais. E também que, os dois senhores incumbidos do reconhecimento do fluxo encachoeirado gozavam de boa confiança, motivo pelo qual foram aceitas as suas argumentações.

---

<sup>13</sup> Ver Michel Foucault 1997, A Arqueologia do Saber, tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 5º ed Rio de Janeiro, Forense Universitária, p.136

<sup>14</sup> O título foi reproduzido como no documento cópia consultado.

<sup>15</sup> Cópia da ata, disponível na repartição de obras raras da biblioteca do CPAQ/ UFMS

<sup>16</sup> As citações foram reproduzidas fielmente conforme grafia constante no documento consultado.

Finalizando o documento, os Srs. Theodoro Rondon, Augusto Mascarenhas e João Almeida de Castro ficam encarregados de margearem o rio em busca de um lugar para começar as edificações da vila.

A ata de fundação termina com a assinatura de 39 pessoas, todas masculinas, que testemunharam à institucionalização do desejo e que não eram mais, apenas necessidades. Resplandecia, no centro de um grupo, o poder da ação que despertou para a constituição da vila que se tornaria a cidade de Aquidauana.

Neste momento, a cidade de Corumbá vivia intensa comercialização que “período de 1896 a 1901 verificou-se maior trânsito de embarcações do porto”<sup>17</sup>.

Também nesse período, as cidades de Aquidauana e Nioaque, “servidas pela Empresa Vicente Anastácio com a lancha a vapor *Lugúria*”<sup>18</sup> já se integravam na dinâmica produtiva local, com suas casas comerciais como a Dos Irmãos e Cia.<sup>19</sup>, dos irmãos Alves Corrêa. Joana Neves expõe também o relato do Sr. João Almeida de Castro em 1913<sup>20</sup>, que indicava que Aquidauana possuía 45 casas comerciais.

O que já dá, em breve margem, a noção sobre as vontades, por nós sugeridas que, os frutos de um prolongado período de acumulação permitiram o nascer intenso do despontamento analógico nas relações interurbanas.

#### **4. Aquidauana: Regulação e Institucionalização**

Pode-se ver, em nossa argumentativa, a relação tensa dada entre os bandeirantes e os nativos. Também analisamos, a regulamentação na distribuição de terras na então província de Mato Grosso e que a lei de terras contribuiu com a segregação territorial no campo. Pois, ao mesmo tempo em que se viam extensas proporções territoriais, dificultavam-se o acesso a terra. E por ora, faremos uma análise do 1º Decreto lei da 3º reunião realizada no dia 7 de maio de 1907<sup>21</sup> na câmara de Aquidauana que era submetida a Comarca de Miranda.

---

<sup>17</sup> REYANALDO, Ney Yared. 2003. As empresas de Navegação em Mato Grosso (séculos XIX e XX). In. Fronteiras Revista de Historia, V.7 N. 14, ed UFMS. 2003 p. 80 grifo nosso

<sup>18</sup> Idem. p. 90

<sup>19</sup> Trata-se da obra memorialista *Reminiscências* de Delphino Alves Corrêa citado por Joana Neves p. 102.

<sup>20</sup> Op. cit. 1980 p. 102, ver também alguns números sobre a produção local sugeridos pelos Sr. Jango de Castro, p. 103.

<sup>21</sup> Livro de Actas ArquivoCâmara Municipal de Aquidauana de 05/1907 à 08/11/1917



Esse documento foi estudado e descrito minuciosamente por Joana Neves em sua obra aqui citada. Tomando um outro enfoque, buscaremos algumas peculiaridades em partes do documento acreditando que uma descrição geral do mesmo seria trabalho inteiramente desnecessário dado o que Joana Neves já nos ofereceu.

Dentre os vários artigos e parágrafos do documento, podem ser verificadas medidas de diversos delineamentos. São medidas de regulação financeira e comercial, artigos de mando e ordenamento (posturas), conduta pro positiva ao cidadão, medidas de higienização (lida com animais e criações), saúde e também conservação dos patrimônios públicos<sup>22</sup>.

Começamos pelo Artigo 3º que trata das concessões de lotes aos requerentes e possui 7 parágrafos que o regulamentam. Dentre os quais, entre outros assuntos, tratam dos limites e possibilidades do aforamento, valores de impostos e multas. O 4º parágrafo trata sobre as medidas do terreno, que são ajustadas na doação e remedição feita de acordo com a planta da povoação. O documento diz que lá estão dispostas as medidas dos terrenos da vila que serão conferidas pelos empregados da câmara designados pelo Intendente. Ainda segundo o documento, o tamanho resultante passava pela aprovação do intendente e do solicitante do forro.

Uma relação direta quase informal, que permitia ao requerente a proximidade ao julgamento de merecimento<sup>23</sup>. O artigo na totalidade de suas resoluções permite um controle do que se vende, a quem se vende e onde se vende - considerando que tenham sido vendidos - permitindo que a administração local tivesse amplo controle e conhecimento regulatório de seu território.

O Artigo 5º estipula prazo de um ano para edificação nos terrenos. Demonstrando na urgência de edificação e na eliminação dos espaços vazios, o desejo pelo progresso

Sobre a disposição de terrenos “rústicos” o artigo 6º diz: *“Os lotes rústicos serão concedidos com a clausula de não prejudicarem ruas, travessas,*

---

<sup>22</sup> Para um detalhamento do documento ver Joana Neves, Op. cit. 1980

<sup>23</sup> Os parágrafos 1º e 2º do Decreto em questão, tratam das disposições do terreno solicitado e possibilidade do aforo, em nenhum dos parágrafos se esclarece os tipos de necessidades em se obter um terreno.

*encanamentos para água ou outro qualquer melhoramento para o bem publico.*<sup>24</sup> Quanto a terminologia “rústico”, a verificação no Aurélio 2001 nos leva a crer que sejam terrenos sujos (com mata natural) talvez. E quanto o não prejudicar? Talvez estes terrenos prejudicassem as melhorias publicas?

Podemos juntar a esta análise os Artigos 7º, 8º, 9º, 10º, que poderão auxiliar nestes emaranhado percurso. O artigo 7º diz que com a não edificação o terreno deve ser cercado no prazo de 90 dias. O 8º regula altura de frente dos prédios não podendo exceder 4 metros. O 9º trata dos terrenos de esquina que terão o canto quebrado no entroncamento das ruas. E o 10º diz: *“Não é permitido a construção de ranchos no centro da villa e nem galpão coberto com tabua ou zinco fazendo frente a rua”*<sup>25</sup>. O agrupamento dos artigos permite-nos maior compreensão. Nos artigos 6º e 10º temos uma prerrogativa de localização onde construir.

Já os outros três envolvem padronizações visuais, ou estéticas. Sobre o fechamento dos terrenos contido no art. 7º, percebe-se a preocupação com uma estética funcional, impedindo-se que saia, ou adentre indesejados no terreno e a preocupação parece também ser sanitária quando relacionada ao art. 19º que regulamenta a limpeza dos terrenos baldios duas vezes ao ano. Já os art. 8º e 9º se não caprichos estéticos, uma vontade duvidosa quanto ao sentido. Soam como disposições de regulação e ordenamento e passíveis de abolição, por disfuncionalidade. Nos casos dos artigos 6º e 10º entendemos, com todos os esforços que nos cabem, como uma prática ainda vigente nos dias de hoje, o padrão estético nas disposições espaciais da cidade propiciando a segregação espacial<sup>26</sup>.

O Art 30º funcionava como um licenciamento. Dá margem a uma prática de controle sobre tudo ou todos que adentrarem o município afim exercer trabalho (comercio, indústria ou profissão) este artigo é auxiliado pelos art. 31º e 32º.

Os artigos 20º, 44º e 46º tomo 10º, refletem uma eminente preocupação com os matadouros, tendo em conta a importância econômica para o município. Inclusive em termos existenciais. Artigo 20º: *“Logo que se estabelecer um matadouro publico será proibido abater-se gado para o consumo da villa em outro lugar”*. Artigo 44º: *“Logo que se estabelecer no patrimônio municipal matadouro*

---

<sup>24</sup> Reproduzido diretamente da Ata da Fundação de Aquidauana, incluso os erros ortográficos, grifo nosso. Disponível In Arquivo Câmara Municipal.

<sup>25</sup> Idem.

<sup>26</sup> Para um exemplo desta prática hoje na mesma cidade pode-se ver o conjunto *Cherogami* localizado nos limites urbanos de Aquidauana.

*publico o Intendente Geral mandará por um agente de sua confiança e nomeação fiscalizar a matança que nelle se fizer, fazendo inscrever diariamente o numero e marca do gado abatido”. E Artigo 46º: “É expressamente proibido: Tomo ou parágrafo 10º Matar gado bovino para consumo dentro do recinto da Villa”.*

Os três Artigos voltados ao mesmo assunto expõem - uma vez que no mesmo documento não se veja fato semelhante – a preocupação no fato de se abater gado no interior da vila. Se pudermos por um olhar re/produzido, fixar-nos em um soslaio desconfiante, captaremos outros sentidos.

Dos três artigos, nem um se refere as preocupações sanitárias, ou locacional, que por ventura, baseada em estética de pudor ao sacrifício do animal que não deveria vir a ser abatido diante dos olhos da sociedade. Mas a única recomendação de aferição estava no sentido da regulação. Do gado! Que viria a morrer no futuro abatedouro sobre o olhar atento do Agente de Confiança do Intendente Geral, que toma nota diariamente do número e da marca do boi abatido.

Levando em conta que o município nasceu pelo poder econômico, político, financeiro, simbólico, territorial e provinciano dos administradores da política econômica de Mato Grosso, e sempre tiveram como marca – não diferente do resto do país – a mono produção (neste caso o gado), que permitiu-lhes até o próprio emergir de uma cidade e suas regulamentações, permeando os limites e divisas de seus interesses, como também registrou a historiadora Iara Quelho de Castro:

“é possível inferir que os proprietários fundiários constituem-se nos agentes que assumem “fazer” o povoado, em função de sua posição de poder, proveniente da atividade pecuária em expansão, viabilizando a apropriação de terras, a minimização de conflitos, a definição das relações sociais e a ocupação dos cargos institucionais municipais criados”.<sup>27</sup>

As definições resultantes dos processos produtivos se desprendem dos registros historiográficos. Analisá-los, depende também de um desprendimento próprio em busca da operação interpretativa a que nos propõe Michel Foucault<sup>28</sup>. Ou talvez, uma sutileza que nos desprenda das armadilhas e quedas.

Os direcionamentos da vila rapidamente se consolidam e o povoado vai se tornando um importante centro nas relações políticas, econômicas e de poder. Sobre o reger da expansão produtiva que adentrou o oeste sobre incertezas e

---

<sup>27</sup> CASTRO, Iara Quelho de 2002. Vigiar e Construir a História: Memória, esquecimentos, comemorações e historiografia nas representações sobre Aquidauana. Dissertação de Mestrado. UFMS, p.35

<sup>28</sup> Op. cit. 1997 p.27.

esperanças, a cidade se estabelece com princípios determinados por intencionalidades, agregando-se aos sistemas produtivos, completando uma malha que em suas diferentes temporalidades configura o território pantaneiro.

## 5. No limar do século XX

Na primeira década do séc. XX a vila de Aquidauana já se constituía como um importante centro econômico e se vinculava a uma hierarquia, que em sua totalidade estava subjugada as intensas relações comerciais que vivia a cidade de Corumbá.

Neste momento, intensos fluxos de circulação e comercialização dentre as cidades e populações que margeavam os inúmeros rios pantaneiro, numa dinâmica de trocas, direcionavam suas produções para Corumbá e, por lá, em um processo inverso adentravam as mercadorias e imaginários, representações.

Desta maneira, a cidade de Aquidauana assume um papel de limite, o ponto final da distribuição das mercadorias por meio fluvial, sendo que, a tomada em direção ao extremo sul do Estado só era possível por terra, ou seja, estradas de rodagem, por onde partiam grupos com seus carros, carroças e ao lombo de animais, levando dias e até meses, em busca dos povoados e vilas que também surgiam ao sul do Estado. Dentre os quais alguns seguem abaixo com suas respectivas populações.

Quadro 1

<b>População do Estado de Mato Grosso (1907-1912)</b>						
<b>MUNICIPIOS</b>	<b>1 907</b>	<b>1 908</b>	<b>1 909</b>	<b>1 910</b>	<b>1 911</b>	<b>1 912</b>
Aquidauana	12 614	12 804	12 996	13 191	13 389	13 590
Bella Vista (*)	.....	.....	—	—	—	—
Campo Grande	4 641	4 711	4 782	4 853	4 926	5 000
Corumbá	13 906	14 115	14 327	14 542	14 760	14 981
Coxim	9 010	9 145	9 282	9 422	9 563	9 706
CUYABÁ	31 758	31 398	31 043	30 691	30 344	30 000
Miranda	6 174	6 462	6 764	7 080	7 411	7 758
Nioac	7 262	7 371	7 482	7 594	7 708	7 823
Poconé	7 252	7 592	7 949	8 323	8 714	9 123
Porto Murtinho	7 371	7 482	7 594	7 708	7 823	7 940
São Luiz de Cáceres	10 170	10 323	10 478	10 635	10 795	10 957
ESTADO DE MATTO GROSSO	178 519	180 903	183 358	185 882	188 476	191 145

Fonte: Tabela extraída de: Anuário do Brasil 1909-1912. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Estatística, V. e reorganizado pelos autores.

(\*) Município em 1909, desmembrado de Nioaque. Não foi calculada a população por falta de elementos.

Organização: Thiago Rodrigues Carvalho.

Em termos gerais, a população de Aquidauana, naquele momento, só era inferior a de Cuiabá capital do Estado e Corumbá, isso representa um importante indicativo.

O número populacional de um conjunto social de qualquer ordem, quer seja vila, povoado, cidade etc., representa a capacidade de energia por meio do trabalho que esse conjunto tem de transformar, construir, dominar e territorializar o espaço. Portanto podemos dizer que, o que ele mostra é capacidade potencial humana por meio de símbolos e números<sup>29</sup>. No entanto, levando em consideração o que dissemos até o momento, não trata-se de um conjunto social que se deu pela similitude de uma ocupação, ou migração de tomada rápida e deslocamentos intensos por trabalho etc.

Falamos sim, de uma cidade criada a partir da vontade de pessoas que intencionadas e detentoras dos meios que possibilitavam o ato, fundaram a vila. Com isso tiveram plenos privilégios na detenção de tudo que ali se produzisse, ou melhor, ditaram as produções de tudo que ali permeasse, logo, o que podemos dizer é que, neste início de século, em Aquidauana, seus produtores sociais (donos dos meios de capital) já gozavam de amplas vantagens em termos de energia para o trabalho, isso em relação aos demais municípios que a circundavam.

Esta mesma representação, sem sombra de dúvida influenciou tanto em termos produtivos materiais, como simbólicos e políticos, tantos os que aqui estavam como os que de fora assistiam seu desenvolvimento e seus fundadores perceberam tal fato, como podemos ver nas obras memorialistas de autores que escreveram sobre o município<sup>30</sup>.

## **6. A modernidade bate à porta**

A virada e o principiar do XX para a cidade de Aquidauana foi singular, tendo em vista que naquele período já se tomara o trilhar produtivo e próspero da cidade. Já podia-se notar o surgimento das primeiras infra-estruturas pública, civis e

---

<sup>29</sup> Para uma análise bem apurada ver Claude Raffestin, 1993. Por uma geografia do poder. ed. Ática. São Paulo, Em especial a segunda parte intitulada A população e o Poder

<sup>30</sup> Ver Iara Quelho de Castro 2000. Obra já referida citação 25

religiosas, onde sem muitos esforços, permitia-se ver “os seguintes acontecimentos, que demonstram o rápido crescimento de Aquidauana, na sua fase inicial”.<sup>31</sup>

Foi criada a primeira escola (1894), em (1895) o destacamento do Exército e da Polícia, (1896) a Agência dos Correios e o Distrito Policial (1898) ano que também foi posta a pedra fundamental da Capela de Nossa Senhora da Conceição. No ano seguinte foi condecorada como Paróquia de Paz, também neste ano, foi inaugurado o telegrafo Nacional. Em (1906) teve-se inaugurações de farmácia e livraria, em (1907) passa a categoria de município, para no ano de (1911) se desligando de Miranda, ser elevada à categoria de Comarca.

Não obstante, outro reluzir bem mais forte tanto em brilho, quanto em resultante para toda a região do pantanal foi a estrada de ferro Noroeste do Brasil, com a sua primeira estaca fincada no dia 15 de novembro de 1904 de acordo com Sr. Machado de Mello<sup>32</sup>.

No seu início, a estrada tinha como traçado o ligamento de Bauru SP à Cuiabá MT, e no Decreto nº 6463 de 25 de abril de 1907 teve seu percurso alterado, decidindo-se que não mais seria em sentido à Cuiabá, mas para Corumbá.

No trabalho já citado, Paulo R. Cimo Queiroz buscou, antes de qualquer coisa, a multiplicidade dos discursos que envolviam a concretização da construção da ferrovia, juntamente com os discursos pós-acontecimento e ao se aproximar do final de seu livro, escreveu: “*Acredita-se ter evidenciado, neste livro, que a construção da Noroeste do Brasil deveu-se a fatores que pertencem, antes de tudo, ao domínio do político e do simbólico*”. Deixando amostra uma relativização suspensa nos valores da interpretação de seu livro. Uma simplicidade extremamente complexa. Voltemos a nossa análise.

Em 21 de dezembro de 1912 foi inaugurada a estação da estrada de ferro, ligando a vila a Porto Esperança e após dois anos os trilhos passados por Aquidauana se encontravam a outra parte que fora construída em sentido oposto se agrupando em Campo Grande. Este fato viria mudar toda dinâmica da região do pantanal e principalmente viria a consolidar a cidade de Aquidauana como um centro urbano referencial no pantanal.

---

<sup>31</sup> Op. cit. 1980 p. 90

<sup>32</sup> Citado por Paulo Roberto Cimo Queiroz 1997, em sua obra. As curvas do trem e os meandros do poder. O nascimento da estrada de ferro Noroeste do Brasil. ed. UFMS, p. 119

Deste momento em diante a cidade passou a fazer parte de um outro contexto de circulação. Aquidauana, de ponto final para escoação fluvial, passou a ser para o pantanal a porta de entrada das mercadorias. De distribuidora que tomava por responsabilidade o sul do Estado, passou a fazer o inverso. Não mais distribuído, pois os trilhos faziam isso, - com exceção de todos os municípios que passaram a existir ou já o tinham e não tiveram seus territórios cortados pela NOB. Mas sendo o primeiro entreposto frente aos municípios circundantes, isso aliado a representação produtiva que a cidade já tinha conta, e sua capacidade de energia para produção reluz de outro maneira aos olhos dos apreciadores dos tempos moderno.

Com a chegada dos trilhos e o pleno funcionar da ferrovia há uma fratura bastante significativa quanto a velocidade dos deslocamentos, as viagens que demoravam meses passam a ser feita em dias, com isso a disponibilidade de mercadorias aumenta, tanto em quantidade, como em variabilidade. Isso caracteriza o aumento de informação como nos ensinou Milton Santos<sup>33</sup>, toda técnica possui uma informação, e se pela técnica produzimos e transformamos, é bem verdade que os produtos e mercadorias estão impregnados de informação, ou intenção?

Quanto às exportações, as representações eram outras. Do contrario de alguns autores que associam a decadência do ciclo das navegações comerciais na bacia do prata a instalação dos trilhos, seguimos por outra vertente.

Segundo Ney Iared<sup>34</sup> até o ano de 1940 a navegação correspondia 46% de toda a exportação do sul do Estado, enquanto a ferrovia era responsável por apenas 7%. Fica claro que o problema não foi este, os trilhos foram muito mais significantes quanto ao que traziam e não o que levavam e é também necessário levar em conta que a decadência do comércio marítimo não foi fator isolado, pois esta ligada a todo processo de produção da modernidade, principiado no séc. XVIII na Europa, nos parece sim, uma mudança na matriz de transporte e os reflexos da própria ciência moderna com o heliocentrismo de Copérnico, a mecânica de Newton e a relatividade de Einstein<sup>35</sup>.

---

<sup>33</sup> Santos, Milton, 2002. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. Edusp.

<sup>34</sup> Op. cit. 2003 p. 87

<sup>35</sup> Para uma análise sobre a influência dos três autores no mundo moderno ver Douglas Santos, 2002

Estes homens foram os propulsores de um processo que não cessou em direção a sociedade fossilista<sup>36</sup>, cumulativa, técnica e assimétrica nas suas produções em relação as resultantes.

Se observarmos o ritmo imposto às substituições no processo em que vivemos, perceberemos que antes de um processo evolutivo, estamos num caminhar de superação que infelizmente possui uma única matriz cognitiva.

Portanto, podemos dizer que o que estava em cheque, com a instalação da ferrovia não era a matriz de circulação de produção local, e sim de importação. Na multiplicidade dos contatos, na velocidade em se eliminar distancias, não em uma tentativa da superação do tempo pelo espaço como propõem alguns estudiosos, mas sim na relativização desta relação que não são superáveis, pois são categorias inventadas pelos homens.

Com a mesma velocidade do trem cortando o sertão, tínhamos a superação consumista e de deslocamento do próprio individuo, que passou a estar em contato com outras multiplicidades, de territórios, de culturas etc.

E isso permitiu a Aquidauana e seus lideres, um adentramento com amplas vantagens na corrida do progresso e da elevação da cidade a categoria de centro referencial interurbano.

Pois acreditamos que assim se constroem as realidades, tanto concretas e palpáveis, quanto relativas e representativas. Não há possibilidades mais de buscarmos os sentidos de verdades inexoráveis.

A própria constituição dos significados da cidade de Aquidauana é uma construção relativa, pois na medida em que a pesquisa progride, passamos a interpretar, em relação a uma representação, um discurso e vivenciamos um momento influenciado por um acúmulo e aquilo que diremos ou pensamos será nada mais que uma leitura subjetiva de uma realidade em uma constelação de múltiplas realidades. Assim foi a construção de toda a história humana e também a fundação de Aquidauana, que passou pelos caminhos de desejos e vontades, até se fundamentar em uma cidade, seu diferencial foi ter sido trazida a tona pela vontade de um grupo que ainda possui gerações no poder<sup>37</sup>.

---

. A reinvenção do Espaço: diálogos em torno do significado de uma Categoria. São Paulo, Unesp.

<sup>36</sup> Porto-Gonçalves, Carlos Walter. A globalização da natureza e a natureza da globalização. ed. Civilização Brasileira, 2006.

<sup>37</sup> Não se trata de gerações da mesma família, mas sim de poder herdado.



O principiar de séc. XX para a cidade de Aquidauana não fora importante simplesmente pelo momento e combinar dos acontecimentos, mas pelo principio ativo da produção de grupo movido pelas por suas aspirações. E que nesta busca, estatuíram suas ambições, dominaram os imaginários, construíram sua própria história, e homogeneizaram uma multiplicidade de todos os fatores acima apontados.

## Bibliografia Citada

- CASTRO, Iara Quelho de 2002. *Vigiar e Construir a História: Memória, esquecimentos, comemorações e historiografia nas representações sobre Aquidauana*. Dissertação de Mestrado. UFMS.
- CORREA FILHO, Virgílio 1955. *Fazenda de Gado no Pantanal Matogrossense* Rio de Janeiro.
- CORREA FILHO, Virgílio 1969. *A História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro.
- CORREA FILHO, Virgílio 1945. *Pantanais MatoGrossenses: Devastamento e Ocupação* Rio de Janeiro.
- FOUCAULT, Michel 1997. *A Arqueologia do Saber*, tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- LIVRO DE ACTAS, Arquivo Câmara Municipal de Aquidauana 05/1907 à 08/11/1917
- NEVES, Joana 1980. *A fundação de Aquidauana e a ocupação do pantanal: civilização e dependência*, Dissertação (Mestrado em História) FFLCH – USP.
- PORTO GONÇALVES 2006, Carlos Walter 2006. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- QUEIROZ, Paulo Roberto Cimo 1997. *As curvas do trem e os meandros do poder. O nascimento da estrada de ferro Noroeste do Brasil*. UFMS.
- RAFFESTIN, Claude 1993. *Por uma geografia do poder*. São Paulo, Atica.
- REYANALDO, Ney Yared 2003. *As empresas de Navegação em Mato Grosso (séculos XIX e XX)*. In. *Revista de História Fronteiras* v. 7 n. 14.
- RODRIGUES, Arlete Moysés 1990. *Moradia nas cidades brasileiras*, 3º ed. São Paulo Contexto.
- SALSA CORREA, Lucia. *Corumbá: O Comércio e o Casario do Porto (1870-1920)*
- SANTOS, Boaventura de Souza 2000. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. V. 1. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*.
- SANTOS, Douglas 2002. *A reinvenção do Espaço. Diálogos em torno da criação de uma Categoria*. São Paulo, Unesp.
- Santos, Milton 2002. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. Edusp

